

---

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARAÇATUBA  
Rua XV de Novembro nº 395 - CEP 16010-030 - Cx. Postal 432 - Araçatuba-SP  
Registro no Ministério do Trabalho MTPS nº 138.096/60  
Fone: (018) 3621-8700 - Fax: 3622-2337 – CNPJ/MF 43.763.093/0001-19

---

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS  
E TRABALHADORES EM TRANSP. CARGAS EM GERAL E URBANOS DE PASSAGEIROS  
DE ARAÇATUBA  
Rua Arthur Ferreira da Costa nº 150 - CEP 16055-500 Araçatuba-SP  
Registro no Ministério do Trabalho MTPS nº 24440.05659-6/87  
Fone: (018) 3623-6423 - Fax: 3623-6423 – CNPJ/MF 55.752.851/0001-82  
E FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSP. RODOV. NO ESTADO DE SÃO PAULO  
Registro MTPS 212.987/53 CNPJ nº 57.854.164/0001-82 Av. Duque de Caxias nº 108 São Paulo

---

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**  
**VIGÊNCIA OUTUBRO/2004 À SETEMBRO/2005**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARAÇATUBA DAS MICROEMPRESAS, DAS EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, DAS DE ÂMBITO FAMILIAR E DE ECONOMIA INFORMAL, DAS EMPRESAS EM SHOPPING CENTER, DAS LOJAS DE DEPARTAMENTO, DE REDE OU FILIAIS DAS MULTINACIONAIS DE ARAÇATUBA E REGIÃO**, com sede à Rua XV de Novembro nº 395 - CEP 16010-030, Araçatuba-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.763.093/0001-19, registro no Ministério do Trabalho MTb sob nº 46000.002046/95, Carta Sindical nº 138.096/60, como representante da categoria dos empregadores nos municípios de Araçatuba, Auriflamma, Guzolândia, Turiuba, Guaraçai, Itapura, Pereira Barreto, Sud Menucci, Magada, Ilha Solteria, Suzanápolis, Santo Antonio do Aracanguá, Nova Luzitânia e Major Prado, neste ato representado por seu presidente Gener Silva, portador do CPF/MF nº 073.866.218-68, e assistido por sua advogada Dra. Bemari Silva de Saad, ; e do outro lado o **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL E URBANOS DE PASSAGEIROS DE ARAÇATUBA**, com sede à Rua Arthur Ferreira da Costa nº 150 - CEP 16055-500, Araçatuba-SP, inscrita no CNPJ sob nº 55.752.851/0001-82, registro no Ministério do Trabalho sob nº 24440.05659-6/87, como representante da categoria dos profissionais nos municípios de Araraçatuba, Andradina, Birigui, Auriflamma, Alto Alegre, Avandava, Bilac, Bento de Abreu, Buritama, Brauna, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guaraçai, Guararapes, Lavínia, Mirandópolis, Muritinga do Sul, Nova Independência, Penápolis, Paicatu, Rubiácea, Santópolis do Aguapei e Valparaíso, representado por seu Presidente Sr. Dorival dos Santos, portador do CPF/MF nº 324.569.138-68, e a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Av. Duque de Caxias nº 108, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.854.164/0001-82, registro no Ministério do Trabalho sob nº 212.987/53, como representante da categoria dos profissionais, com base territorial no Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu presidente José Dias Trigo, portador do CPF/MF nº 161.652.928-87 irmanados no objetivo de uma composição amigável que atenda aos interesses comuns das categorias por eles representados, celebram a presente Convenção Coletiva de Trabalho, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, que regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

As empresas que integram a categoria econômica do transporte do comércio, promoverão reajustes nos salários da categoria diferenciada dos motoristas no comércio e ajudantes abrangidos por este acordo, conforme o estipulado nas cláusulas que seguem:

**01 - REAJUSTAMENTO SALARIAL** - Os salários serão reajustados a partir de 01 de outubro de 2004, mediante a aplicação do percentual de 8% (oito por cento), incidente sobre os salários vigentes já reajustados em 01 de outubro de 2003. Para os empregados admitidos após 15/10/2003, o reajuste será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme tabela que segue :

**02 - REAJUSTAMENTO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE DE 01 DE OUTUBRO/2003 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2004:** o reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme tabela abaixo :

ADMITIDOS NO PERÍODO DE:	MULTIPLICAR SALÁRIO DE ADMISSÃO POR:
Até 15.10.03	1,0800
16.10.03 a 15.11.03	1,0731
16.11.03 a 15.12.03	1,0662
16.12.03 a 15.01.04	1,0594
16.01.04 a 15.02.04	1,0526
16.02.04 a 15.03.04	1,0459
16.03.04 a 15.04.04	1,0392
16.04.04 a 15.05.04	1,0326
16.05.04 a 15.06.04	1,0260
16.06.04 a 15.07.04	1,0194
16.07.04 a 15.08.04	1,0129
16.08.04 a 15.09.04	1,0064
A partir de 16.09.04	1,0000

**03 - COMPENSAÇÃO** - Nos reajustamentos previstos nas cláusulas 1, e 2 serão compensados, automaticamente, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pelas empresas durante o período compreendido entre 01 de outubro/2003 à 30 de setembro/2004, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

**04 - SALÁRIO NORMATIVO** - Ficam estipulados os seguintes salários normativos a vigor a partir 01 de outubro de 2004, para os empregados da categoria, desde que cumpra integralmente a jornada legal de trabalho com 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

**MOTORISTA DE CAMINHÃO TRUCK/TOCO.....R\$ 585,00**  
(Quinhentos e oitenta e cinco reais);

**MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVE até 4000 Kg.....R\$ 522,40**  
(Quinhentos e vinte e dois reais e quarenta centavos);

**AJUDANTE DE CAMINHÃO MAIOR DE 18 ANOS.....R\$ 418,00**  
(Quatrocentos e dezoito reais);

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - entenda-se por ajudante de caminhão, o empregado contratado para carregar e descarregar mercadorias, e outras atividades auxiliares.

**DIFERENÇAS DECORRENTES DO REAJUSTAMENTO :** As diferenças salariais decorrentes do reajustamento salarial poderão ser pagas em folha suplementar, até o dia 20 de dezembro de 2004, sem nenhum acréscimo.

**05 - REFEIÇÕES E PERNOITE** - As partes estabelecem a título de reembolso de despesas de refeições e pernoites, para os motoristas e ajudantes, quando em serviços externos, os seguintes valores e critérios condicionantes de sua exigibilidade:

**ALMOÇO..... R\$ 9,25** (nove reais e vinte e cinco centavos);

**JANTAR.....R\$ 9,25** (nove reais e vinte e cinco centavos);

**PERNOITE.....R\$ 9,25** (nove reais e vinte e cinco centavos);

Os valores acima deverão ser concedidos através de adiantamento contra-recibo, ou vale-refeição, quanto às parcelas de almoço e jantar, quando aceitos pelo comércio do local.

**06 - MULTA** - Fica estipulada a multa no valor de R\$ 17,69 (dezesete reais e sessenta e nove centavos), por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente acordo a favor do prejudicado.

**07 - PTS - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO - O PTS** - Prêmio por Tempo de Serviço, que faz jus todo empregado com 03 (três) ou mais anos de serviço prestado à mesma empresa, será calculado à base de 5% (cinco por cento) sobre o salário normativo de cada função.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O PTS não tem natureza salarial para fins de equiparação, nem é cumulativo, sendo devido a partir do mês seguinte àquele que o empregado completar o triênio a serviço da mesma empresa, ou seja, o empregado receberá 5% (cinco por cento) sobre o salário normativo no mês seguinte após completar o triênio trabalhado, e somente uma única vez.

**08 - NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO** - As garantias previstas na cláusula 4 não se constituirão, sob qualquer hipótese em salário fixo ou parte fixa do salário.

**09 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS** - As empresas, como obrigação de fazer da legislação civil, por seu representante legal - sindicato patronal do comércio varejista - signatário da presente, assumem o compromisso e se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus empregados, sindicalizados, a título de contribuição assistencial, os equivalentes a 7% (sete por cento) de suas respectivas remunerações do mês de novembro/04, limitado o valor à importância de R\$ 46,77 (quarenta e seis reais e setenta e sete centavos).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O recolhimento da Contribuição Assistencial deverá ser efetuado, exclusivamente na Caixa Econômica Federal, até o dia 10 de dezembro de 2004.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Dos empregados admitidos após o mês de outubro/2004, será descontada a mesma taxa estabelecida no "caput" desta cláusula, no mês de sua admissão e o recolhimento efetuado até o dia 10 do mês subsequente, com exceção de quem já tenha recolhido no exercício para qualquer outra entidade sindical representativa da categoria dos motoristas e ajudantes do comércio.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O recolhimento da Contribuição Assistencial efetuado fora do prazo mencionado na cláusula 9º, será acrescida de multa de 2% (dois por cento), nos trinta primeiros dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além de multa de 2% (dois por cento), e juros de mora de 1% (um por cento), o principal será atualização pela variação do IPCR ou por outro índice legal vigente, aplicando-se as sanções sobre o valor corrigido.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As empresas quando notificadas deverão apresentar no prazo máximo de 15 dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas pela agência bancária.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O desconto da Contribuição Assistencial subordina-se à não oposição do trabalhador, em conformidade com o Precedente Normativo 74/TST.

**10 - DESCONTOS NOS SALÁRIOS** - Ficam proibidos os descontos salariais a título de assalto, roubo, quebra de veículos ou peças e outras avarias ao patrimônio da empresa, ou de terceiros, com exceção dos causados pelo empregado, por má fé, imperícia, imprudência ou negligência.

**11 - DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS** - A empresa deve comunicar obrigatoriamente a ocorrência de multa apresentando cópia do auto de infração ao empregado desde que decorrentes do exercício de sua atividade. Nesse caso, o empregado poderá solicitar o recurso, devendo a empresa obrigatoriamente fazê-lo.

**12 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO** - As empresas fornecerão aos seus empregados o comprovante de pagamento, que contenha a identificação da empresa, bem como a discriminação de todas parcelas pagas e dos descontos efetuados, especificando cada parcela (salário, comissões, diárias, PTS, parcela FGTS, INSS, IR, adiantamento, quantidade e valor das horas extras).

**13 - ADIANTAMENTO** - As empresas fornecerão vale adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário nominal contratual, até 15 (quinze) dias após o pagamento do salário mensal.

**14 - GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR** - As empresas concederão estabilidade ao trabalhador em idade de prestação de serviço militar, durante o prazo de engajamento e até 30 (trinta) dias após a baixa.

**15 - ESTABILIDADE DO FUTURO APOSENTADO** - Fica assegurada estabilidade provisória aos empregados em vias de aposentadoria por tempo de serviço por período anterior à implantação da carência de 30 (trinta) anos de serviço necessários à concessão do benefício previdenciário, como segue:

- a) 28 anos..... dois anos de estabilidade
- b) 10 anos..... um ano de estabilidade
- c) 05 anos..... seis meses de estabilidade

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para concessão de estabilidade provisória o empregado deverá apresentar comprovante da contagem de tempo de serviço fornecido pelo INSS, respectivamente de 29 anos e seis meses.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A concessão prevista nesta cláusula, ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente ao salários do período da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

**16 - ESTABILIDADE DA GESTANTE** - Fica assegurada estabilidade à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 dias após o término da licença maternidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório da gravidez anterior ao aviso-prévio, dentro de 60 dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

**17 - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA** - Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego e salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

**18 - DISPENSA POR JUSTA CAUSA** - Ao empregado demitido por justa causa, dar-se-á por escrito a ciência de sua dispensa, mencionando os motivos determinantes da rescisão contratual.

**19 - AVISO-PRÉVIO ESPECIAL** - Aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 5 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensado sem justa causa, o aviso-prévio será de 45 (quarenta e cinco) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em se tratando de aviso-prévio trabalhado, o empregado cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo em pecúnia os 15 dias restantes.

**20 - AVISO-PRÉVIO PROPORCIONAL** - Os empregados dispensados sem justa causa, terão direito ao acréscimo no aviso-prévio legal de 01 (um) dia por ano completo de serviço na mesma empresa.

**21 - NOVO EMPREGO - DISPENSA DO AVISO-PRÉVIO** - O empregado dispensado sem justa causa e que obtiver novo emprego antes ou durante o prazo do aviso-prévio, ficará desobrigado do seu cumprimento, desde que solicite a dispensa e comprove o alegado com antecedência de 48 horas, dispensada nesta hipótese, a remuneração do período não trabalhado.

**22 - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO** - Durante o prazo de aviso-prévio, dado por qualquer das partes, salvo caso de reversão ao cargo efetivo por excedentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso-prévio.

**23 - INÍCIO DAS FÉRIAS** - O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com o sábado, domingo ou feriado.

**24- COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DE CASAMENTO** - Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade à não coincidência com o mês de pico de venda da empresa, por ela estabelecida, e comunicação à empresa com 60 (sessenta) dias de antecedência.

**25 - MENSALIDADES SINDICAIS** - Desde que observados os termos do artigo 545 da C.L.T., as empresas descontarão em folha de pagamento as mensalidades associativas em favor da entidade sindical suscitante, procedendo ao recolhimento em seu favor, até 10 (dez) dias após efetivação do aludido no parágrafo 3º da cláusula 9ª (nona).

**26 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES** - Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.

**27 - CARTEIRAS PROFISSIONAIS** - As empresas cuidarão para que as carteiras profissionais sejam anotadas os cargos efetivos dos funcionários, respeitadas as estruturas de cargos e salários existentes nas mesmas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**28 - ATESTADOS MÉDICOS** - As empresas, para efeito de justificação e abono de faltas, aceitarão os atestados médicos e odontológicos do ambulatório da entidade sindical conveniado, assim como deverão aceitar diagnósticos de doença ocupacional emitido por laboratórios conveniados com a entidade e reconhecido legalmente.

**29 - CARTAS DE REFERÊNCIAS** - Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, as empresas ficam obrigadas a fornecerem carta de referência, desde que solicitada pelo empregado, por escrito.

**30 - INTERVALO ENTRE JORNADAS** - Entre uma jornada de trabalho e outra, será garantido intervalo de no mínimo 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

**31 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUE** - Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder a 30 (trinta) minutos.

**32 - FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA** - No caso de falecimento do sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço no dia do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.

**33 - CHEQUES DEVOLVIDOS** - É vedado às empresas, descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido as normas pertinentes ou ocorrer devolução das mercadorias, aceitas pela empresa.

**34 - ASSISTENCIA JURÍDICA** - A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder à ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções, e na defesa do patrimônio da empresa.

**35 - DOCUMENTOS - RECEBIDOS PELA EMPRESA** - A carteira de trabalho e previdência social CTPS, bem como certidões de nascimento, de casamento e atestados, serão recebidas pelas empresas mediante contra-recibos em nome do empregado.

**36 - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL** - As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos empregados que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

**37 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS** - As horas extras diárias, serão remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

**38 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA** - As empresas se obrigam a descontar e recolher a Contribuição Confederativa prevista no artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal, criada através da competente Assembléia Geral do Sindicato interessado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A contribuição referida no “caput” será de 1% (um por cento) para os associados, devendo ser descontada trimestralmente em folha de pagamento sobre o salário normativo e recolhido em guias próprias fornecida pela entidade, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao aludido desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contribuição mencionada, que não se confunde com a contribuição assistencial, deverá ser recolhida em guia padrão fornecida pelo Sindicato representativo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da Contribuição Confederativa a devidamente autenticadas pela agência bancária.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Contribuição Confederativa não será descontada nos meses em que houver desconto da contribuição assistencial ou sindical.

**39 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO** - A entidade profissional poderá ajuizar ação de cumprimento a favor de toda a categoria profissional, na hipótese de violação de quaisquer cláusulas da presente convenção de Trabalho, independente de outorga de procuração por parte dos trabalhadores.

**40 - JUÍZO COMPETENTE** - Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências relacionadas com as cláusulas que contenham obrigações a fazer.

**41 - CÂMARAS INTERSINDICAIS DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA DO COMÉRCIO CINTECs** – Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida , obrigatoriamente, à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, a mesma houver sido instituída , conforme disposto na Lei nº 9.958/00 e nesta Convenção.

**42 - VIGÊNCIA** - O presente acordo terá um período de vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º de outubro de 2004 e terminando em 30 de setembro de 2005.

Araçatuba, 26 de novembro de 2004.

GENER SILVA- PRESIDENTE  
SINDICATO DO COMÉRCIO  
VAREJISTA DE ARAÇATUBA

DORIVAL DOS SANTOS - PRESIDENTE  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEIC.  
RODOV. TRANSP DE CARGAS EM GERAL  
URBANO PASSAGEIROS DE ARAÇATUBA

BEMARI SILVA DE SAAD  
ADVOGADA OAB-SP 88.180

JOSÉ DIAS TRIGO - PRESIDENTE  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHORES EM  
TRANSP. RODOVIÁRIOS NO ESTADO  
DE SÃO PAULO

